

A identidade pelo avesso

JANE TUTIKIAN
UFRGS



Que o brasileiro é tema bastante explorado na literatura portuguesa e que o seu ridículo, também fora da arte literária, alimentou fartamente a caricatura que dele se fez, já o demonstraram investigadores portugueses, centrando-se sobretudo no romance romântico de gosto popular de Júlio Dinis e Camilo Castelo Branco, e já o demonstrou Guilhermino César, em seu *O brasileiro na ficção portuguesa* – o direito e o avesso de uma personagem-tipo, quando vislumbra como panorama genérico (1969, p. 13):

O que ficou para trás – o português da era colonial (...) – não contou para a ficção, que começa a refletir as misérias e grandezas da emigração para o Brasil, nos seus aspectos sentimentais, com os escritores românticos. (...)

No século XIX, ao nela ingressar, o “brasileiro” aparece na prosa de ficção ora como comerciante cidadão, ora como fazendeiro, proprietário de terras, ou traficante de escravos. Não há como sair disto. Na primeira metade do século XX, porém, desaparece o ruralista para dar lugar ao comerciante por atacado, ao capitalista dos grandes centros. Sem falarmos num tipo que pertence a todas as épocas, o pequeno comerciante; porque no boteco, no armazém, na casa de pasto, o português transplantado sentiu-se sempre como peixe dentro d’água.

A ficção portuguesa não chegou a preocupar-se com estas variações profissionais. Tem-se contentado, quase sem exceção, em retratar depreciativamente o “tipo” convencional do emigrante pobre que volta rico.

É justamente esse o brasileiro – vocábulo que, em meados do século 19, passa a designar o emigrante português que retorna à pátria enriquecido na colônia, por oposição ao brasileiro de mão furada – que Eça de Queirós traz à crônica de fevereiro de 1872, n.º *As Farpas*, em posição contrária à observada por Guilhermino César de que (1969, p. 20) ... *o emigrado que retorna sem ter amealhado bom dinheiro (...) desclassifica-se socialmente, porque só o dinheiro qualifica, no caso, o indivíduo, conferindo-lhe categoria de vencedor, propondo-o à consideração dos demais.* O indivíduo

que Eça propõe à consideração é o brasileiro, portanto o bem-sucedido, o rico torna-viagem que desenha-se no imaginário social português da época como o tipo de caricatura mais popular, criado para o riso público.

Ora, essa forma particular de imagem, a caricatura em sua forma essencial ou o estereótipo, enquanto síntese deformante ou expressão emblemática de um sistema ideológico e cultural, traz consigo a denúncia de seus efeitos perniciosos em determinada cultura, levando a uma única interpretação possível: aquela oferecida pela sociedade ou cultura que a produz. Assim, ela estabelece uma relação de conformidade entre uma expressão cultural simplificada e determinada sociedade, mas sem perder de vista o fato de que (MACHADO e PAGEAUX, 1981, p. 44) *enunciar o estereótipo é confirmar uma situação; explicá-la: o estereótipo demonstra ao mesmo tempo que se mostra; prova ao mesmo tempo que se enuncia.*

Comentam Machado e Pageaux que, sendo *portador de uma definição essencial do Outro, o estereótipo é o enunciado de um saber coletivo que se pretende válido, seja qual for o momento histórico ou político.*

Por outro lado, de maneira implícita, ele é, também, portador de uma hierarquia, uma dicotomia do mundo e das culturas, na medida mesmo em que traz a confusão típica da ideologia entre o descritivo (atributo físico) e o normativo (inferioridade de tal povo, de tal cultura). Enfim, afirmam os autores (MACHADO e PAGEAUX, 1981, p. 45) *o estereótipo levanta o problema de uma hierarquia de culturas: ele distingue o EU do Outro e, quase sempre, valoriza o primeiro em detrimento do segundo.*

A partir daí, podemos nos perguntar quem é o brasileiro que aparece n.º *As Farpas* (QUEIRÓS, s.d.(a), p. 13). Ele é

(...) grosso, trigueiro com tons de chocolate, pança ricaça, joanetes nos pés, colete e grillão de ouro, chapéu sobre a nuca, guarda-sol verde, a vozinha adocicada, olho desconfiado, e um vício secreto. É o brasileiro: ele é o pai achinelado e ciumento dos romances românticos; o gordalhufo amoroso das comédias salgadas; o figurão barrigudo e bestial dos desenhos

facetos; o maridão de tamancos, sempre traído, de toda a boa anedota. Nenhuma qualidade forte ou fina se supõe no brasileiro: não se lhe imagina inteligência, (...) não se lhe concede coragem (...) não se lhe admite distinção, e ele permanece, na persuasão pública, o eterno tosco da Rua do Ouvidor. O povo supõe-no o autor de todos os ditos celebrenmente sandeus, o herói de todas as histórias universalmente risíveis, o senhor de todos os prédios grotescamente sarapintados, o freqüentador de todos os hotéis sujamente lúgubres, o namorado de todas as mulheres gordalhufamente ridículas.

Tudo o que se respeita no homem é escarnecido aqui no brasileiro. Não se pense, entretanto, que Eça de Queirós se restringe a reproduzir o brasileiro do imaginário social português. O que ele faz, corroborando a teoria de Mário Sacramento (1945), é passar, indiferentemente, da defesa da tese à defesa da antítese, é jogá-lo em oposição ao português que fica e, mais especificamente, ao lisboeta que fica.

A partir de agora, o Brasileiro (que passa a ser escrito assim mesmo, com letra maiúscula) (QUEIRÓS, s.d.(a), p.309-310), *é simplesmente expansão do Português; é o Português dilatado pelo calor; é o Português desabrochado*, enquanto *o Português é pevide de Brasileiro*.

Estamos, portanto, diante da representação de uma realidade cultural, a portuguesa de meados do século 19, revelada por determinado espaço cultural e pela ideologia que o norteia, tratada com ironia, uma ironia ambígua como grande atitude de oposição que se lança à ordem e à justiça – aparentemente relacionada à posição do Brasileiro naquela sociedade – mas que se encaminha para o que Morier (1998) chama de um riso interior mais ou menos visível, porque efetivamente dirigido à crítica ao português que fica na capital. Uma espécie de riso reparador e vingador.

Para Daniel-Henri Pageaux (1989, p. 135):

(...) toda a imagem procede de uma tomada de consciência. (...) A imagem é a representação de uma realidade cultural através da qual o indivíduo e o grupo que a elaboraram (ou que a partilham ou que a propagam) revelam e traduzem o espaço cultural e ideológico em que se situam. (...) O imaginário social (...) é marcado por uma profunda bipolaridade: identidade vs alteridade, a alteridade sendo vista como termo oposto e complementar em relação à identidade.

Assim, se a imagem literária constitui um conjunto de idéias sobre o estrangeiro, a socialização e o funcionamento ideológico do Outro, então pode-se dizer, por um lado, que a imagem é a representação de uma realidade cultural revelada pelo espaço cultural e pela ideologia e que, de outro, o imaginário social está vinculado a uma tomada de consciência do Mesmo em relação ao Outro.

Importam essas colocações se atentarmos para o fato de que as grandes oposições levantadas por Eça de Queirós, no texto de 1872, dizem respeito à cultura original, representada pelo português que não deixa a capital, vs o Outro, também português, o brasileiro, que traz consigo o estrangeiro. Quer dizer: um Outro não puro, porque resultante da assimilação ou, em última análise, um não-Mesmo/um não-Outro, que – no esforço de adaptar-se à vida no Brasil, não mais consegue adaptar-se passivamente à vida na sua pátria, como síntese das negações como é concebido, ao mesmo tempo que passa a constituir apenas uma caricatura do brasileiro nativo – termina veiculando, na essencialidade, a imagem do Mesmo.

Em crônica de julho de 1871, Eça assim sintetiza (s.d.(a), p.100) as relações de Portugal com as suas colônias: *são originais. Elas não nos dão rendimento algum: nós não lhes damos um único melhoramento: é uma sublime luta – de abstenção!* permanecendo, entretanto, a idéia exposta pela exclamação Lisboeta: – *Que riqueza a das nossas colônias! Positivamente, somos um povo de navegadores!*, a imagem do Brasil que então aparece no imaginário português é a da fartura, a da riqueza, a da verdadeira Terra de Canaã.

Interessante colocar aqui a preocupação expressa por Fradique Mendes na correspondência de Paris a Eduardo Prado, (s.d.(b), p. 308-309).

Comenta ele:

Nos começos do século, há uns cinquenta e cinco ou sessenta anos, os Brasileiros, livres dos seus dois males de mocidade, o ouro e o regime colonial, tiveram um momento único, e de maravilhosa promessa. Povo curado, livre, forte, de novo em pleno viço, com tudo por criar no seu solo esplêndido, os Brasileiros podiam, nesse dia radiante, fundar a civilização especial que lhes apetece, com o pleno desafio com que um artista pode moldar o barro inerte que tem sobre a tripeça de trabalho, e fazer dele, à vontade, uma vasilha ou um deus. Não desejo ser irrespeitoso, caro Prado, mas tenho a impressão que o Brasil se decidiu pela vasilha.

(...) o que eu quereria é que o Brasil, desembaraçado do ouro imoral, e do seu D. João VI, se instalasse nos seus vastos campos, e aí quietamente deixasse que, dentro da sua larga vida rural e sob a inspiração dela, lhe fossem nascendo, com viçosa e pura originalidade, idéias, sentimentos, costumes, uma literatura, uma arte, uma ética, uma filosofia, toda uma civilização harmônica e própria, só brasileira, só do Brasil, sem nada dever aos livros, às modas, aos hábitos importados da Europa. (...) e não esse Brasil que eu vi, feito com velhos pedaços da Europa, levados pelo pacote e arrumados à pressa, como panos de feira, entre uma Natureza incongênere, que lhes faz ressaltar mais o bolor e as nódoas.

Essa preocupação não o impede de ver, no entanto, no povo que optou por ser um “doutor mal traduzido do francês” ao invés do “lavrador original”, homens que têm inteligência, mulheres que têm beleza e ambos com o que classifica como a melhor das qualidades: a bondade, sem deixar de mencionar o café em proporções sublimes. Quer dizer, o Brasil é também para Fradique Mendes a terra do “sol fecundante”, a mesma que Eça de Queirós expressa no texto de 1872: onde tudo brota de forma triunfante, a natureza e os homens.

Interessante observar, porém, que, nessa crônica que serve de base a esse estudo, o Brasil só aparece para que apareça Portugal, o brasileiro só é apresentado para que se apresente o português. Quer dizer, ainda segundo pensamento de Pageaux, a imagem do Outro veicula – aqui de forma explícita – a imagem do Mesmo, quando o primeiro espelha e reflete o segundo, revelando as relações que o português da segunda metade do oitocentos – o que não saiu da capital – tem com o mundo.

Vejam como se colocam as oposições: 1. o que o brasileiro é expansivamente, o português é retraidamente; 2. as qualidades florescentes no brasileiro são internadas no português; 3. os defeitos do brasileiro fazem-no grotesco, os do português são retraídos, não aparecem; 4. o brasileiro é ridiculão, o português, ridiculito; 5. o brasileiro é o fruto; o português, o germe; 6. o brasileiro é respeitável porque é completo, atingiu o seu pleno desenvolvimento; o português rudimentar; 7. o brasileiro é acabado como a abóbora, o português embrionário como a pevide.

Porém: 1. o brasileiro não é belo como Apolo, mas o português também não; 2. o brasileiro não é espirituoso como Mery ou Rochefor, mas o português também não; 3. o brasileiro não é elegante como o conde de Orsay ou Brummel, mas o português tem a elegância “dependurada no bom Nunes algibebe”; 4. o brasileiro não é extraordinário como Peabody que deu de esmolas cem milhões, nem como Delescluze que queimou Paris, mas o português é tão extraordinário quanto uma couve ou um chinelo.

Assim: o brasileiro não é formoso, nem espirituoso, nem elegante, nem extraordinário, é trabalhador. O português não é formoso, nem espirituoso, nem elegante, nem extraordinário, é um mondrião: ri do brasileiro, mas procura viver às custas dele.

Assim, ainda, o português que não deixa a capital não é mais importante do que o minhoto que volta de Pernambuco.

Vale aqui o esclarecimento de que o Minho é o “viveiro” do brasileiro oitocentista e isso se deve ao fato de ser, na época, uma região densamente povoada, onde a propriedade se achava muito subdividida, gerando o minifúndio de escasso poder econômico. Con-

sequentemente, é a parte de Portugal que exporta maior número de emigrantes. Mas, ao regressar, o português, pela larga experiência vivida num ambiente estranho, ao qual teve de adaptar-se, traz diferenças marcadas na cultura, na psicologia, no modo de ser, enfim, o que o torna quase um estranho, um desadaptado ao microcosmo da aldeia. Nesse sentido, é muito feliz o comentário de Guilhermino César (1969, p. 40) de que:

Na sua pronúncia, o Brasil deixou, entretanto, fortes marcas, de tal sorte que, abrindo a boca para as primeiras efusões, é motivo de riso franco ou de ácido reparo dos circundantes. Troçam dele também às escondidas; e esse animal fabuloso, de bolsa estufada, logo o percebe, ressentido-se, e embarca de novo. Ou instala-se, complacente, para esperar a morte entre os seus, se a afetividade sobrepuja o interesse nacional.

Assim, Eça de Queirós trabalha com o duplo: até porque ao perguntar “Quem somos nós?”, os portugueses, responde (s.d.(a), p.310-311):

Brasileiros que o clima não deixou desabrochar. Sementes a que falta o sol. Em cada um de nós, no nosso fundo, existe, em germe, um brasileiro entaipado, afogado – que, para crescer, brotar em diamantes de peitilho, calos e prédios sarapintados de verde, só necessita embarcar e ir receber o sol dos trópicos. (...).

Tenhamos juízo! Reconheçamo-nos neles como nós mesmos – ao sol!

Temos, então, um duplo – o português/o português torna-viagem (que desempenha papel de Outro) – marcado por opostos, o bom e o mau, com alerta de que no inverno a pevide contém a abóbora: mas quando a abóbora cresce no Verão, é ela que contém a pevide. O que quer dizer: em Portugal, o português contém o brasileiro, quando chega ao Brasil, o segundo germina e passa a conter o primeiro.

Na verdade, nos últimos decênios do século 19, a guerra com o Paraguai, o abolicionismo, a propaganda republicana, o próprio enfraquecimento das instituições brasileiras fizeram com que os portugueses enriquecidos no Brasil procurassem colocar a salvo os bens adquiridos, voltando para a terra natal. Ocorre que as aldeias não estavam preparadas para receber essa massa que, então, procura Lisboa até porque a centralização administrativa e comércio ultramarino, com a aplicação de capitais, poderiam significar alguma possibilidade de interferência na vida nacional. Entretanto além de ser Lisboa também pequena para assimilar esse afluxo imprevisto, os retornados traziam consigo o encarecimento do custo de vida, fortalecendo a idéia do mau.

Assim, se no imaginário social português o bom é o “que fica” e o mau – motivo de riso, de quem só se espera um gesto grosseiro ou vil – o brasileiro, a crônica

de fevereiro de 1872, criando uma espécie de alteridade em relação, que faz de um Mesmo, Outro, inverte essa condição, apontando vícios e ridículos, tratando-os com ironia, de tal forma que o mau passa a ser o lisboeta e o bom o brasileiro, alterando, conseqüentemente, a força de repulsão (QUEIRÓS, s.d.(a), p. 312):

Quando vês o brasileiro chegar dos Brasis, estalas em pilhérias: – e se ele nunca de lá voltasse com o seu bom dinheiro, morrerias de fome! Por isso tu – que em conversas, entre amigos, no café, és inesgotável a troçar do brasileiro – no jornal, no discurso ou no sermão, és inexaurível a glorificar o Brasileiro. Em cavaqueira é o macaco; na imprensa é o nosso irmão de além-mar.

Brasileiro amigo, queres tu por teu turno rir do lisboeta? A esse colete verde, que tanto te escarnecem, fecha bem as algibeiras; esse prédio sarapintado de amarelo, que tanto te caricaturam, tranca-lhe bem a porta; esses pés, aos quais tanto se acusam os joanetes e os tamancos primitivos, não os ponhas mais nos hotéis da capital – e poderás rir, rir do carão amarrotado com que então ficará o lisboeta, que tanto ria de ti!

De certa forma, essa ideia de Eça de Queirós já encontra antecedente em uma crônica de janeiro do mesmo ano, quando trata da emigração (s.d.(a), p. 234):

Em Portugal, quem emigra são os mais enérgicos e os mais rijamente decididos; e um país de fracos e de indolentes padece um prejuízo incalculável, perdendo as raras vontades firmes e os poucos braços viris.

Em Portugal a emigração não é, como em toda a parte, a transbordação de uma população que sobra; mas a fuga de uma população que sofre (...) a miséria que instiga a procurar em outras terras o pão que falta na nossa.

(...) Em Portugal a emigração não significa ausência-significa abandono.

Se aparece, entretanto, reforçada no texto de fevereiro a ideia da qualidade do emigrante, ainda que envolvida no humor, Eça, evidentemente, não retoma, porque não interessa para a tese – ou antítese? – que então trabalha, a noção defendida no mês anterior de que (s.d.(a), p. 235) (...) *para Portugal, o emigrante que volta, provido de boa fortuna, vem ser um burguês improdutivo, uma inutilidade a engordar*. E não interessa porque de fato seu alvo, aqui, não é o torna-viagem, mas o português que fica.

Por outro lado, há que se considerar também que esta – a defesa do brasileiro – não é atitude nova. No prefácio a *O brasileiro Soares*, de Luís de Magalhães, Eça de Queirós o saúda pela “desbrasileirização do brasileiro”, ou seja, pelo fato de livrá-lo da caricatura para humanizá-lo. Segundo Guilhermino César – embora estranhe a atitude dos realistas portugueses que terminaram desprezando o fardo material que o torna-viagem lhes teria oferecido, abrindo oportunidade inclusive a análises mais profundas

dos caracteres –, o autor de *O crime do padre Amaro*, com um largo público no Brasil, optou por colocar o brasileiro sob sua proteção, como que envolvendo o tipo numa couraça impenetrável. O próprio José Maria Eça de Queirós, no prefácio às *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*, afirma que a maior parte da obra de Eça foi dispersa em artigos para jornais brasileiros, razão pela qual, foi, em vida, mais conhecido no Brasil do que em Portugal.

Dentro dessa perspectiva ou não, a verdade é que, no texto de fevereiro de 1872, quanto mais se reforça a imagem do brasileiro, que, em última análise, sendo o português que desabrochou é o que deu certo, mais se anulam os valores do português, quando ao movimento, à capacidade de construção e mudança do primeiro opõe a imobilidade do segundo num tempo em que as velhas tradições nacionais jaziam sob um velho absolutismo esgotado, já impraticável.

Um tempo que Eça de Queirós assim retrata, em junho de 1871 (s.d.(a), p. 9):

O país perdeu a inteligência e a consciência moral. Os costumes estão dissolvidos e os caracteres corrompidos. A prática da vida tem por única direção a conveniência. Não há princípio que não seja desmentido, nem instituição que não seja escarnecida. Ninguém se respeita. Não existe nenhuma solidariedade entre cidadãos. Já se não crê na honestidade dos homens públicos. A classe média abate-se progressivamente na imbecilidade e na inércia. O povo está na miséria. Os serviços públicos são abandonados a uma rotina dormente. O desprezo pelas ideias aumenta em cada dia. Vivemos todos ao acaso. Perfeita, absoluta indiferença de cima a baixo! Todo o viver espiritual, intelectual, parado. O tédio invadiu as almas.

Pois é a partir dessa imagem que Eça de Queirós constrói, na crônica de fevereiro de 1872, supostamente sobre o brasileiro, um painel aberto, *a boa tela do estado do país* para usar sua expressão na correspondência a Ramalho Ortigão, de 1882, das contradições portuguesas da época, para devolver-lhe criticamente, através da ironia e do humor, a identidade cultural: um “estar sendo” responsável pelo impedimento da evolução da sociedade.

Quer dizer: o aparente comprometimento com a imagem do Outro inscreve a reflexão sobre a identidade cultural do Mesmo, apontando para uma consciência crítica acerca de determinadas práticas culturais. É o ridículo nacional que aí se afirma na exigência da alteração da velha fórmula de um país, marcado pela imobilidade – e o faz com maestria, revelando a identidade pelo avesso do avesso, quando o (PAGEAUX, 1989, p. 158) “especulador se torna o especulado” porque, então, o que efetivamente se revela é que (QUEIRÓS, s.d.(a), p. 30) *todo o País não é mais do que uma agregação heterogênea de inatividades*

que enfastiam, vivem e se divertem às custas do brasileiro. O que não invalida, evidentemente, a afirmação de que (QUEIRÓS, s.d.(a), p.155) *Como outros quaisquer, mais que outros quaisquer, amamos este pobre e velho Portugal*.

Referências

- CÉSAR, Guilhermino. *O “Brasileiro” na ficção portuguesa: o direito e o avesso de uma personagem-tipo*. Lisboa: Parceria A.M. Pereira, 1969.
- MACHADO, Álvaro Manuel; PAGEAUX, Daniel-Henri. *Literatura Portuguesa: Literatura comparada – Teoria da literatura*. Lisboa: Edições 70, 1981.
- MORIER, Henri. *Dictionnaire de poétique et de rhétorique*. Paris: PUF, 1998.
- PAGEAUX, Daniel-Henri. *Précis de littérature comparée*. Paris: PUF, 1989.
- QUEIRÓS, Eça de. *Obras de Eça de Queiroz: uma campanha alegre de “As Farpas”*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.(a)
- QUEIRÓS, Eça de. *Obras de Eça de Queiroz: cartas e outros escritos*. Lisboa: Livros do Brasil, s.d.(b)
- QUEIRÓS, Eça de. *Cartas inéditas de Fradique Mendes e mais páginas esquecidas*. 2. ed. Porto: Chardron, 1929.
- QUEIRÓS, Eça de. *Obras completas de Eça de Queiroz: cartas*. Org. Augusto Pissara. São Paulo: Brasiliense, 1961.
- SACRAMENTO, Mário. *Eça de Queirós uma estética da ironia*. Coimbra: Coimbra, 1945.

Recebido: 10 julho de 2009
Aprovado: 31 agosto de 2009